

RENAN LOTUFO

(Coordenador)

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do
Estado de São Paulo.

Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e
do Centro de Extensão Universitária (CEU). Coordenador de curso de
pós-graduação lato sensu da Escola Paulista da Magistratura.

Presidente do Instituto de Direito Privado (IDP).

SISTEMA E TÓPICA NA INTERPRETAÇÃO DO ORDENAMENTO

Editora Manole

Barueri, SP, 2006

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Sistema e tópica na interpretação do ordenamento / Renan Lotufo,
coord. — Barueri, SP : Manole, 2006.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 85-204-2405-8

1. Direito - Teoria 2. Hermenêutica (Direito) 3. Tópica (Direito) I.
Lotufo, Renan.

05-9939

CDU-340.132.6

SUMÁRIO

Prefácio	ix
Capítulo 1 - Cláusulas Gerais: A Incompletude Satisfatória do Sistema	1
<i>Márcia de Oliveira Ferreira Aparício</i>	
1.1 Introdução	2
1.2 O Sistema	6
1.2.1 Considerações preliminares	6
1.2.2 O conceito de sistema	8
1.2.3 A abertura e a mobilidade do sistema	11
1.2.4 Relevância prática do sistema	14
1.3 As Cláusulas Gerais	16
1.3.1 Considerações preliminares	16
1.3.2 O conceito de cláusulas gerais	18
1.3.3 A função das cláusulas gerais	23
1.4 O Novo Pensamento Sistemático	24
1.5 Conclusão	27
1.6 Bibliografia	30
Capítulo 2 - A Real Amplitude das Lacunas nas Cláusulas Gerais	33
<i>Luiz Felipe Amaral Calabro</i>	
2.1 Introdução	34
2.2 Objeto de Estudo	42
2.3 A Noção de Sistema Jurídico	43
2.4 O Sistema Jurídico Fechado	47
2.5 O Sistema Jurídico Aberto	49
2.6 Definição de Lacuna	53
2.7 Definição de Cláusula Geral	60
2.8 A Real Amplitude da Lacuna nas Cláusulas Gerais	64
2.9 Conclusão	69
2.10 Bibliografia	71
Capítulo 3 - Termos Jurídicos Indeterminados: Interpretação ou Discricionariedade Judicial? Ênfase nos Princípios Jurídicos	73
<i>Gisele Santos Fernandes Góes</i>	
3.1 Premissas Fundamentais: composição do sistema jurídico	74

3.1.1 Princípios jurídicos: posição de supremacia	76
3.1.1.1 Breve notícia das fases dos princípios jurídicos	76
3.1.1.2 Definição	78
3.1.1.3 Importância e funções no sistema jurídico	78
3.2 Distinção entre Princípios e Regras	79
3.2.1 Ronald Dworkin	79
3.2.2 Robert Alexy	80
3.2.3 Algumas conclusões sobre o tema	82
3.3 A Discrecionariedade	82
3.3.1 Definição	82
3.3.2 Conceitos jurídicos indeterminados estão na base do poder discrecionário?	85
3.3.3 Fatores que afastam a discrecionariedade judicial	88
3.4 Decisão Judicial e Interpretação e o Papel dos Princípios Jurídicos	93
3.4.1 Os conflitos no momento da interpretação judicial e as soluções	95
3.5 Conclusões	100
3.6 Bibliografia	102

Capítulo 4 - A Integração da Norma e a Atividade Judicante

Ana Paula Oriola de Raeffray

109

4.1 Introdução	110
4.2 Da Norma Jurídica	110
4.3 Do Ordenamento Jurídico	115
4.4 Do Ordenamento Jurídico como Sistema	120
4.5 Das Lacunas do Direito	122
4.6 Da Função do Juiz	126
4.7 Da Atividade de Integração da Norma e sua Visão Atual	130
4.8 Conclusão	134
4.9 Bibliografia	136

Capítulo 5 - A Colisão entre as Normas do Novo Código Civil e as Leis Especiais em Vigor: Aplicação do Princípio Jurídico

Mônica Aguiar

139

5.1 Introdução	140
----------------	-----

Localização: 340.132

S623t

Código de barras: STJ00065461

5.2 Princípios Jurídicos: Conceito	142
5.2.1 Princípios: identificação	150
5.3 A Generalidade e a Especialidade das Leis	155
5.4 A Solução da Lei de Introdução ao Código Civil	157
5.5 A Harmonização Decorrente do Uso dos Princípios	158
5.6 Algumas Hipóteses Específicas: União Estável; Direito de Superfície	160
5.6.1 União estável	160
5.6.2 Direito de superfície	163
5.7 Conclusão	164
5.8 Bibliografia	165
 Capítulo 6 - Princípios e Topoi: A abordagem do Sistema e da Tópica na Ciência do Direito	 169
<i>Alexis Augusto Couto de Brito</i>	
6.1 Introdução	170
6.2 A Ciência do Direito	171
6.3 Breve Panorama Histórico	173
6.4 A Metodologia	176
6.5 O Sistema: Enfoque Sistemático	177
6.5.1 Princípios	182
6.5.2 Princípios: dentro ou fora do ordenamento?	184
6.6 A tópica: Enfoque Tópico	189
6.6.1 Topoi	193
6.7 Princípios e Topoi: Diferenciação	196
6.8 Os Avanços da Ciência do Direito	197
6.9 Conclusão	201
6.10 Bibliografia	203